

## O PROCESSO DE ASSENTAMENTO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO<sup>1</sup>

Flávio Luis Assiz dos Santos\*

**RESUMO:** *Este trabalho discute como o processo de constituição e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária apresenta-se também como um processo de produção do espaço. A pesquisa foi realizada a partir de investigação bibliográfica, entrevistas com técnicos do INCRA, membros de movimentos sociais e com assentados. A implantação de um PA é também uma intervenção territorial, pois o processo de transformar um latifúndio improdutivo em área reformada ocorre, modificando a apropriação e uso do espaço, alterando a organização espacial e iniciando-se um processo de produção do espaço. A implantação dos assentamentos marca um processo extremamente dinâmico de produção de novas espacialidades que emergem da combinação da atuação dos agentes que produzem um novo espaço em áreas de reforma agrária. Toda vez que processo social sofre uma modificação, a configuração territorial também se modifica e as formas geográficas antigas são substituídas e/ou adequadas às funções sociais do novo tempo. A mudança das formas só pode ser analisada entendendo-se que, no percurso histórico, as sociedades humanas enfrentam uma série de transformações na estrutura social que vão exigir uma resposta espacial a essas mudanças. Essa resposta é dada, modificando-se e/ou adaptando-se a configuração do espaço, como está ocorrendo nos assentamentos rurais de reforma agrária. A reforma agrária, quando materializada nos projetos de assentamento, representa uma política que pode estimular a construção de uma nova realidade social-espacial no campo brasileiro. Um novo espaço que pode e deve ser socialmente mais justo e solidário.*

**Palavras-Chaves:** Produção do Espaço; Reforma Agrária; Assentamento.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho discute como o processo de constituição e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária apresenta-se também como um processo de produção do espaço. A temática dos assentamentos rurais tem ganho destaque, nos últimos anos, em virtude do agravamento dos conflitos sociais de luta pela reforma agrária e conseqüência da implantação dos assentamentos. Os projetos de assentamento (PA's) representam a efetivação das políticas de reforma agrária e são implantados através da intervenção pública no sentido de modificar o uso e a propriedade da terra. A implantação de um PA é também uma intervenção territorial, pois o processo de transformar um latifúndio improdutivo em uma área de reforma agrária faz-se modificando a apropriação e uso do espaço, alterando a organização espacial e iniciando-se um processo de produção do espaço através de novos agentes sociais.

A discussão sobre a reforma agrária no Brasil é antiga, mas na atualidade ela tem ganho novos contornos. Isto se deve à atuação de novos agentes sociais no processo de construção da reforma agrária, que tem exigido do Estado um “novo posicionamento” em relação à questão. Muito embora o que tem sido feito no Brasil, sob o nome de “reforma agrária”, esteja aquém de

<sup>1</sup> Trabalho de dissertação de Mestrado em desenvolvimento.

\* Geógrafo, Mestrando em Geografia, Pesquisador do Projeto GeografAR e Prof. Substituto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. [Assiz25@yahoo.com.br](mailto:Assiz25@yahoo.com.br). Orientadora: Professora Guiomar Inez Germani – Professora do Mestrado em geografia da UFBA e Coordenadora do Projeto GeografAR. [Guiomar@ufba.br](mailto:Guiomar@ufba.br).



uma real mudança na estrutura fundiária, a implantação dos Projetos de Assentamento aumentou significativamente no País, trazendo para o espaço rural brasileiro novos elementos e mudanças. O número de projetos de assentamentos e de famílias assentadas hoje no Brasil já é bastante significativo. Portanto é fundamental entendermos como esses novos espaços se constituem e que “lições” eles trazem para o debate sobre a reforma agrária no Brasil.

## PROJETOS DE ASSENTAMENTO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Os PA's representam o resultado de uma intervenção do Estado no espaço rural com fins de redistribuição de terra e assentamento de famílias sem terra ou com pouca terra. Estes projetos são uma “novidade” na realidade rural brasileira visto que eles só começam a ser implantados a partir de 1985, quando foi aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo Sarney. Entretanto os PA's resultam de um longo processo de luta dos trabalhadores rurais sem terra e já marcam uma nova geografia no campo brasileiro. Segundo Germani:

os projetos de assentamento se apresentam como uma ocupação diferenciada num espaço geográfico específico. É ali onde vai se manifestar a continuidade da luta pela terra e se apresentam os novos desafios que vão imprimir a tônica da produção desse espaço. (GERMANI, 1997, p.7)

Os projetos de assentamento são a expressão espacial mais importante dentro desse processo de luta e resistência na medida em que eles representam o resultado concreto, perceptível e material das reivindicações e ações desses movimentos. Esses movimentos se espacializam, se territorializam nas ocupações, nos acampamentos, nas marchas e, sobretudo, nos assentamentos.

Muitos estudos já têm mostrado como a implantação dos projetos de assentamento repercute nos aspectos sociais, econômicos, políticos, entre outros, e mostram as múltiplas possibilidades que eles representam para o desenvolvimento dos pequenos produtores brasileiros. Como exemplo, a pesquisa “Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”, coordenada pelos professores Sérgio Leite e Leonildes Medeiros aponta as mudanças que os projetos de assentamento provocam. Leite coloca que

apesar dos resultados ainda tímidos quanto ao número de famílias beneficiadas e o estoque de terras aproveitados, existe uma realidade agrária “reformada” nada desprezível [...] com um potencial de inserção – econômica, política e social – a ser explorado mais exaustivamente. Mais ainda: além de razoavelmente importante quanto aos números, o processo de assentamento de trabalhadores rurais é hoje um movimento, até certo ponto, irreversível. Para tanto é fundamental explorarmos um pouco mais seu significado, bem como suas implicações e dimensões do ponto de vista sócio-econômico, valendo-nos dos diversos estudos existentes sobre o assunto (LEITE, 2004).

Nos limites deste texto, queremos analisar como o espaço geográfico também sofre modificações com a constituição de um PA, ou seja, como o processo de assentamento é também um processo de produção do espaço, numa tentativa de contribuir com o debate sobre os impactos dos assentamentos, aqui numa perspectiva geográfica.

O assentamento é uma porção do espaço geográfico que é resultado da relação da sociedade com a natureza ou, como nos diz Gomes de Alencar,

[...] é um lugar da produção, da distribuição, da circulação e do consumo. Noutras palavras, trata-se de uma área que é uma fração da sociedade e que detém uma forma particular de produção. Entretanto essa área existe como espaço porque é ocupada pelo homem em ação. É o espaço em que o homem se objetiva pelo trabalho. (ALENCAR, 2000, p.52)

Santos considera que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63). E continua:

Sistemas de objetos e sistema de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2002, p. 63).

Os PA's são um *locus* privilegiado para o entendimento do significado de “produzir espaço”. Isto acontece porque o PA é uma forma diferenciada de ocupação do espaço rural e a sua implantação provoca uma verdadeira transformação no espaço onde ele se instala. Ele surge, geralmente, numa área que estava, há muitos anos, esquecida pelo seu proprietário e onde, de repente, começam a surgir casas, cercas, escolas, plantações, etc. A paisagem se transforma rapidamente a partir da atuação do Estado e dos assentados. Os PA's são porções do espaço em mutação, uma realidade que está sempre se modificando. Santos indica que

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p.49).

Os assentamentos podem ser analisados sob a ótica das categorias do espaço – forma, função, estrutura e processo. Todo espaço é composto por diversas formas, tanto naturais, quanto sociais. A forma “é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão.” (SANTOS, 1985, p.50). As formas não podem ser analisadas isoladamente, mas a partir de suas funções. A função refere-se ao uso que se faz das diversas formas. Toda forma tem uma função específica que é determinada dentro do contexto social. Diferentes formas são construídas ao longo da história para atender a determinadas funções sociais. Além disso, novas formas podem conviver com formas passadas que, dentro de um outro contexto, adquirem novas funções e continuam a fazer parte da configuração espacial.

A estrutura refere-se ao contexto social, ao modo de organização da sociedade que difere de acordo com o momento histórico. É a mudança de estrutura que vai exigir novas funções e, conseqüentemente, alterar e/ou adaptar as formas. E finalmente o processo é o tempo histórico que faz que tudo se modifique. “[...] É ele que indica o movimento do passado ao presente” (SANTOS, 1985, p.54).

A produção do espaço em um assentamento começa a partir da intervenção estatal de criação do projeto. Neste momento, o Estado concretiza uma política de reforma agrária quando repassa o uso da propriedade para os trabalhadores sem terra ou com pouca terra. Portanto redefine-se a propriedade e o uso de determinada fazenda e é criada uma nova forma geográfica: o Projeto de Assentamento. O espaço do assentamento começa um processo de transformações que vai se consolidando à medida que as famílias vão chegando, ocupando seu pedaço de chão, reconhecendo a área, abrindo novos caminhos e começando a produzir. Os assentados e o



Estado agora vão iniciar a construção de novos objetos como cercas, casas, currais, barragens, pontes, escolas, armazéns, casas de farinha, poços, estradas, caminhos, etc. São, portanto, acréscimos de novas formas-conteúdo que vão atender às novas funções daquele espaço, a partir de um outro contexto sócio-histórico.

Essas novas funções são provenientes das novas necessidades demandadas pelos assentados. A divisão da propriedade em pequenos lotes, a demarcação de áreas coletivas e áreas de reserva, a construção da agrovila são intervenções que vão marcando novas espacialidades e resultam da atuação dos novos agentes que agora passam a produzir aquele espaço. Muitas vezes essa produção é feita readaptando formas antigas que ganham um novo conteúdo-social e voltam a ter um papel ativo na produção do espaço. É o que acontece, por exemplo, quando a antiga casa grande de uma fazenda abandonada que foi desapropriada torna-se um armazém ou moradia para um assentado. A forma que, num momento anterior, teve a função de moradia para os proprietários do latifúndio, deixa de cumprir esta função, e o movimento da sociedade imprime a ela uma nova funcionalidade: agora é mais uma das várias casas do assentamento. Esta forma volta a “[...] fazer parte da própria evolução do espaço” (SANTOS, 2002, p.106).

No Projeto de Assentamento Almas, localizado no município de Itaguaçu da Bahia/BA, através de uma pesquisa realizada a partir de investigação bibliográfica e cartográfica, entrevistas com técnicos de órgãos públicos e com os assentados e de uma vivência no PA, foi possível estudarmos esse processo de produção do espaço. O assentamento está instalado numa área de propriedade do antigo dono da empresa de laticínios Alimba. A fazenda foi desapropriada em 1987, pois estava improdutiva e, neste mesmo ano, foi criado o Projeto de Assentamento Almas. Estão assentadas hoje 180 famílias numa área total de 8.840 ha cortada pelo Rio Verde, afluente do Rio São Francisco.

No momento anterior à desapropriação, aquela fazenda tinha uma função específica: era mais uma das fazendas de um empresário e funcionava como reserva de valor. Existia um dono, mas ele sequer visitava sua propriedade. No local só residiam trabalhadores – chamados de vaqueiros – que cuidavam da área e podiam realizar pequenas plantações de subsistência. A fazenda não era utilizada para plantações comerciais. Como consequência, a configuração territorial da fazenda apresentava uma paisagem monótona, com a presença de poucos objetos construídos. Existia, além da casa sede, um curral, algumas poucas casas de taipa onde residiam os vaqueiros, a cerca que delimitava apenas os limites da fazenda e alguns caminhos internos. Não existia a necessidade de escola, postos de saúde, barragem, estradas internas, galpões e outras formas construídas, pois esses objetos não eram demandados para uma área que era uma propriedade individual improdutiva e, praticamente, abandonada. Embora a área seja cortada por um rio perene, não se fazia irrigação e, conseqüentemente, não existiam bombas na beira do rio, canais e todos os problemas ambientais inerentes à irrigação. O ritmo da produção do espaço era outro, pois era outra a atuação do poucos agentes que o produziam.

Em 1987, sob a égide do I PNRA, em nível nacional, e do PRRA (Plano Regional de Reforma Agrária), no Estado da Bahia, ocorreu a desapropriação da Fazenda Almas. No Estado da Bahia, com a posse do governador Waldir Pires, em 1987, foi iniciado um programa de reforma agrária e criada a primeira Secretária de Reforma Agrária e Cooperativismo estadual. Neste contexto, foi criado o PA Almas. Com base em estudos técnicos, o modelo de parcelamento do PA ficou assim definido: os assentados receberam 1 lote à beira rio de 5 ha e 1 lote de sequeiro entre 25 e 30 ha. O tamanho diferenciado dos lotes de sequeiro justificou-se pela qualidade diferenciada das terras, indicada no estudo. Os lotes de beira rio foram definidos como forma de facilitar o acesso a água para irrigar a terra. Além disso, o parcelamento contemplou áreas de uso coletivo para pastagens e áreas de reserva da caatinga, além de áreas de pesquisa científica.

Após a seleção das famílias, realizada pelo INCRA entre trabalhadores sem terra e minifundiários da região, os lotes de beira rio e de sequeiro foram demarcados, as estradas

internas foram construídas, o local da agrovila foi definido e a escola, os poços, a barragem e a ponte foram instalados. Com o recebimento dos primeiros créditos, a mudança da paisagem do assentamento foi imediata, com a construção das casas nos lotes de beira rio e o início das primeiras plantações, além da criação de animais. As carnaúbas foram retiradas da beira do rio para a construção de cercas, currais e pinguelas<sup>2</sup>. Os assentados começam a usar a água do rio para irrigação e a caatinga, vegetação típica dessa região, além de alimentar os animais, começa a ser desmatada para dar lugar aos cultivos dos assentados. Com o passar dos anos, em torno da casa sede da antiga fazenda, formou-se uma agrovila que foi, aos poucos, agregando novas casas, escolas, galpões, currais, bares, armazéns, borracharias, mercadinhos, igrejas, campo de futebol, a sede da associação, etc. E o ritmo de produção do espaço foi se acelerando à medida que novas demandas desse grupo social exigiam novas funções materializadas em novas formas-conteúdo que participam da dialética espaço-sociedade.

Portanto, a partir da atuação do Estado e dos assentados, a produção deste espaço adquiriu novo ritmo. A terra improdutiva deu lugar à policultura de subsistência. O número de pessoas na área aumentou, estabelecendo-se novos fixos e fluxos. Novos caminhos foram abertos no cotidiano do assentamento para atender às necessidades dos novos fluxos e interligar os fixos. A área da agrovila ganhou contornos de um povoado, destacando-se inclusive como a maior comunidade em torno do Rio Verde, no município de Itaguaçu da Bahia. Dentro do assentamento, novos núcleos se formaram, originando pequenas vilas, geralmente em torno de uma escola e um poço. Nestas vilas, residem os assentados e/ou filhos e parentes de assentados que têm lotes próximos a estes núcleos, portanto facilita o deslocamento de casa para a roça e de casa para a escola. No assentamento Almas, existem hoje três comunidades: a *Sede* (localizada no centro do PA, é a maior delas e foi a primeira a se formar onde primeiro foi construída a infra-estrutura de uso coletivo dos assentados. É onde o Estado pensou a construção de uma agrovila planejada, mas acabou sendo construída pelos próprios assentados, guiados pela lógica da “arquitetura do possível”), o *Bebedouro* (localizado na entrada do assentamento –porção sul – em torno da Escola Euclides Neto<sup>3</sup> e de um poço) e o *Toco Preto* (localizado na saída do assentamento – porção norte – em torno da Escola Waldir Pires e de um poço). É importante observar que as três comunidades se estruturaram ao longo da estrada principal do assentamento (que liga a entrada à saída do PA), sinalizando o papel da distância e da acessibilidade no processo de produção do espaço em um assentamento rural.

As novas demandas de uma população cada vez mais crescente e organizada em associações (cada comunidade tem uma associação), criam novas reivindicações e a possibilidade de outras conquistas. Um exemplo é que o PA Almas será uma das poucas comunidades do município que deverá receber, em breve, um posto de saúde onde funcionará o Programa Saúde da Família. O comércio local assume outra dinâmica com a venda dos produtos dos assentados com a renda gerada no assentamento. O aumento do fluxo de dinheiro no PA estimula a abertura de bares, mercadinhos, borracharias, etc. As bombas e canais de irrigação multiplicam-se. Em contrapartida, muitos problemas ambientais são agravados. Sem dúvida, a paisagem do assentamento é marcadamente diferente da paisagem de um latifúndio.

Estes são alguns exemplos resultantes do processo de produção do espaço no PA Almas e que podem também ser observados em outros assentamentos de reforma agrária no Brasil. Esse espaço vai ganhando novos contornos e adquirindo um novo conteúdo social que é dado pelos assentados que vão, concomitantemente, à construção de sua nova vida, construindo também um novo espaço. Portanto os dois novos agentes vão, diretamente, passar a atuar numa determinada porção do espaço total – o assentamento – e dá a ele uma nova configuração territorial. Os assentamentos são novas formas que se delineiam no campo brasileiro, trazendo repercussões

<sup>2</sup> Pinguelas são pequenas pontes construídas pelos assentados para atravessar o Rio Verde.

<sup>3</sup> Euclides Neto foi o Secretário da Reforma Agrária e Cooperativismo do Governo Waldir Pires.

geográficas importantes. O Estado tem um papel importante, pois é ele o responsável para dotar o assentamento da infra-estrutura necessária para ele funcionar e legitima o assentamento como o espaço dos assentados. Transformar um latifúndio num assentamento implica estabelecer uma nova espacialidade, pois novos usos e relações vão ocorrer. Desta forma, os assentados e o Estado são principais agentes produtores do novo espaço.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda vez que o processo social sofre uma modificação, a configuração territorial também se modifica e as formas geográficas antigas são substituídas e/ou adequadas às funções sociais do novo tempo. Como explica Santos, o “espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas geográficas” (SANTOS, 2002, p.109). Apesar de a mudança das formas só poder ser analisada entendendo-se que, no percurso histórico, as sociedades humanas enfrentam uma série de transformações na estrutura social que vão exigir uma resposta espacial a essas mudanças. Essa resposta é dada, modificando-se e/ou adaptando-se a configuração do espaço, como está ocorrendo nos assentamentos rurais de reforma agrária. No processo de produção do espaço, são congregados vários fatores que, unidos, vão compor a realidade espacial. A paisagem é a expressão percebida dessa realidade espacial. Santos enfatiza que “[...] a paisagem é já o espaço humano em perspectiva” (SANTOS, 2002, p.6). Ela é um mosaico de elementos que juntos montam um quadro que é o reflexo concreto da atuação de todas as forças que se uniram na constituição do espaço.

Através desse estudo, queremos mostrar que a reforma agrária, quando materializada nos projetos de assentamento, representa uma política que pode estimular a construção de uma nova realidade social-espacial no campo brasileiro. A implantação e o desenvolvimento dos assentamentos marcam um processo extremamente dinâmico de produção de novas espacialidades que emergem da combinação da atuação dos agentes que produzem um novo espaço em áreas de reforma agrária. Um novo espaço que pode e deve ser socialmente mais justo e solidário.

## REFERÊNCIAS

- GERMANI, Guiomar I. **O MST e a Legitimidade da Reforma Agrária**. Texto apresentado no “V Encontro Baiano de Geografia” realizado em Ilhéus, em outubro de 1997.
- GOMES de ALENCAR, Francisco Amaro. **Segredos Íntimos. A Gestão dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.
- LEITE, Sérgio. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais**. In: [www.mda.gov.br/nead](http://www.mda.gov.br/nead), 2004.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.